

Ana Carolina Aguiar Beneti

**CISG** – CONVENÇÃO DE VIENA  
DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE  
CONTRATOS DE COMPRA E VENDA  
INTERNACIONAL DE MERCADORIAS  
E O DIREITO INTERNACIONAL  
PRIVADO BRASILEIRO

Prefácio: José Carlos de Magalhães  
Apresentação: Gustavo Ferraz de Campos Monaco

Editora Quartier Latin do Brasil  
São Paulo, inverno de 2023  
editoraquartier@uol.com.br  
 @editoraquartierlatin

**ANA CAROLINA AGUIAR BENETI**

*CISG Convenção de Viena das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias e o Direito Internacional Privado brasileiro*

São Paulo: Quartier Latin, 2023.

ISBN 978-65-5575-222-9

1. Direito Internacional Privado. 2. CISG. 3. Convenção de Viena das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias. 4. Normas Internacionais. 5. Contratos Internacionais. I. Título.

*Editor*

Vinícius Vieira

*Produção editorial*

José Ubiratan Ferraz Bueno

*Diagramação*

Anderson dos Santos Pinto

*Revisão gramatical*

Studio Quartier

*Capa*

Anderson dos Santos Pinto

**EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL**

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: editoraquartier@uol.com.br

 @editoraquartierlatin

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

Agradecimentos.....	11
Prefácio por José Carlos de Magalhães.....	19
Apresentação por Gustavo Ferraz de Campos Monaco.....	23
Uma Nota, com Emoção por Sidnei Beneti .....	27
Abreviaturas e Siglas.....	29

### Introdução, 33

#### **1. O Direito Internacional Privado e os Mecanismos de Integração de Leis, 39**

#### **2. A CISG – Convenção de Viena das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias, 45**

2.1. Histórico de criação da CISG e fontes de inspiração.....	45
2.2. Conceitos da CISG .....	49
2.3. Interpretação, preenchimento de lacunas e princípios da CISG .....	58
2.4. Conclusões do Capítulo.....	63

#### **3. A Internalização da CISG no Direito Brasileiro, 65**

3.1. Histórico da participação brasileira na criação da CISG e sua internalização no ordenamento jurídico brasileiro .....	65
3.2. Forma e consequências da internalização da CISG no ordenamento jurídico brasileiro .....	72
3.3. Conclusões do Capítulo.....	84

## 4. Os Impactos da CISG nas Regras de DIP Brasileiras, 87

4.1. Impactos indiretos (alteração do direito nacional pela internalização da lei).....	87
4.2. A aplicação direta da CISG à relação contratual nos casos de compra e venda internacional de mercadorias, em detrimento das regras de DIP brasileiras.....	91
4.2.1. Âmbito de aplicação da CISG. Sistematização.....	92
4.2.1.1. Primeira parte do artigo 1. O requisito-conceito de “compra e venda de mercadorias” – a esfera de aplicação material.....	95
4.2.1.1.1. Conceito de compra e venda.....	95
4.2.1.1.2. Conceito de mercadorias.....	98
4.2.1.1.3. Exceções à aplicação da CISG.....	105
4.2.1.2. Segunda parte do artigo 1.1.a. O requisito da internacionalidade – esfera de aplicação espacial.....	120
4.2.1.2.1. Estado Contratante.....	125
4.2.1.2.2. O conceito de estabelecimento.....	154
4.2.1.3. A regra subsidiária do artigo 1.1.b. Recurso às regras de DIP.....	169
4.2.1.4. A CISG e a autonomia da vontade das partes.....	183
4.2.1.4.1. Não aplicação da CISG, por vontade das partes ( <i>opting-out</i> ).....	185
4.2.1.4.2. Derrogação da CISG.....	198
4.2.1.4.3. A aplicação da CISG por vontade das partes, sem que ela seja originalmente aplicável ( <i>opting-in</i> ), no caso de (a) contrato internacional, e de (b) contrato doméstico.....	202
4.2.1.5. Conclusões sobre o âmbito de aplicação da CISG.....	214
4.2.2. Normas de aplicação imediata.....	214
4.2.2.1. Normas de aplicação imediata e seus elementos caracterizadores.....	214
4.2.2.1.1. Breve histórico.....	216
4.2.2.1.2. Denominação, conceitos e características.....	221
4.2.2.2. Conclusões sobre a sistematização das normas de aplicação imediata.....	250
4.2.3. A CISG como norma de aplicação imediata.....	250
4.2.3.1. A CISG como norma de direito material.....	250
4.2.3.2. A CISG como espécie de norma material, especialmente autolimitada e que possui uma regra de conflitos unilateral.....	254

4.2.3.3. A CISG como norma material, especialmente autolimitada e dotada de particular intensidade valorativa .....	267
4.2.3.4. O posicionamento do artigo 1.1.b na caracterização da CISG como norma de aplicação imediata .....	272
4.2.3.5. Conclusões sobre a caracterização da CISG como norma de aplicação imediata.....	285
4.2.4. Consequências da caracterização da CISG como norma de aplicação imediata. Alterações no DIP brasileiro e regras de qualificação com a internalização da CISG .....	286
4.2.4.1. Aplicação preferencial da CISG .....	291
4.2.4.2. Autonomia da vontade na CISG e suas implicações no DIP brasileiro.....	294
4.2.4.2.1. Considerações iniciais .....	294
4.2.4.2.2. Nos casos regidos pela CISG, sua exclusão por vontade das partes e as regras brasileiras de DIP .....	298
4.2.4.2.3. Nos casos regidos pela CISG, a autonomia da vontade para a escolha da lei aplicável em substituição à CISG e a lei subsidiária à CISG.....	300
4.2.4.2.4. Nos contratos não regidos pela CISG, a análise da possibilidade de as partes optarem por sua aplicação .....	315
4.2.4.2.5. Conclusões do Capítulo .....	324

## **Conclusões, 325**

## **Bibliografia, 331**